



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

JOSÉ CARLOS AMARAL DE BRAGANÇA

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - ESTUDO DE CASO DO
IMPACTO DA CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PROTETIVA NO
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL**

**Brasília
2017**

JOSÉ CARLOS AMARAL DE BRAGANÇA

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - ESTUDO DE CASO DO
IMPACTO DA CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PROTETIVA NO
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública.

Orientador: Profa. Dra. Ida Claudia Pessoa
Brasil

**Brasília
2017**

JOSÉ CARLOS AMARAL DE BRAGANÇA

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - ESTUDO DE CASO DO
IMPACTO DA CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PROTETIVA NO
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública.

Orientador: Profa. Dra. Ida Claudia Pessoa Brasil

Brasília, 24 de maio de 2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Profa. Dra. Tânia Cristina Alves de Siqueira

RESUMO

A capacitação no serviço público sempre foi fator diretamente relacionado à profissionalização, aprimorando a eficiência dos serviços prestados à sociedade, aproximando as qualidades da gestão privada à gestão pública. Pensar a capacitação, seus impactos e mudanças de padrões são fundamentais para o aprimoramento do serviço público, alterando percepções e paradigmas, trazendo à sociedade um serviço cada vez mais eficiente e comprometido com o cidadão. Este trabalho propõe como problema saber qual o a avaliação do curso de Capacitação em Segurança Protetiva no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal? O problema se insere na perspectiva da avaliação de políticas públicas, utilizando a capacitação como mecanismo de aprimoramento dos serviços prestados pelo Sistema Socioeducativo. O objetivo geral do trabalho é avaliar o curso de Segurança Protetiva enquanto política pública de capacitação. Os objetivos específicos são avaliar o êxito do curso através da pesquisa de satisfação; analisar os dados e seus resultados e avaliar os resultados da capacitação enquanto política pública. Para delimitação da pesquisa foi objeto de análise o curso Capacitação em Segurança Protetiva, que teve 14 turmas executadas no período de abril de 2015 a setembro de 2016. Foi realizada análise estatística de dados coletados no âmbito dos cursos que foram promovidos no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal e na Escola de Governo do Distrito Federal. Nas avaliações do Sistema Socioeducativo, foram utilizados sete critérios, que são: nível de satisfação com o curso, importância do curso para o dia-a-dia de trabalho, participação da turma durante a aula, desempenho e conhecimento técnico dos professores, participação do servidor, conhecimento do servidor antes do curso e conhecimento do servidor após o curso. Na Escola de Governo foram utilizados quatro critérios avaliativos, que são: conteúdo programático, material instrucional, organização do curso e autoavaliação. Como resultados foram encontrados dados estatísticos que demonstram que as capacitações estão atingindo o resultado esperado, com níveis de satisfação em geral acima de 70%, servindo como um diagnóstico positivo da avaliação de políticas públicas de capacitação no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Avaliação de Políticas Públicas. Capacitação. Sistema Socioeducativo

ABSTRACT

Training in the public service has always been directly related to professionalism, improving the efficiency of services provided to society, bringing the qualities of private management to public management. Thinking about capacity building, its impacts and changes in standards are fundamental for the improvement of the public service, changing perceptions and paradigms, bringing to society an increasingly efficient and committed service to the citizen. This paper proposes as a problem to know what the evaluation of the Training in Protective Security in the Socio-educational System of the Federal District? The problem is part of the evaluation of public policies, using training as a mechanism for improving the services provided by the Socio-educational System. The overall objective of the work is to evaluate the course of Protective Security as a public training policy. The specific objectives are to evaluate the success of the course through the satisfaction survey; Analyze the data and their results and evaluate the results of training as a public policy. In order to delimit the research, the course entitled Capacitación en Segurança Proteção, which had 14 classes executed in the period from April 2015 to September 2016, was analyzed. A statistical analysis was performed of the data collected in the scope of the courses that were promoted in the District's Socio-Educational System Federal Government and the School of Government of the Federal District. In the evaluations of the Socio-Educational System, seven criteria were used, namely: level of satisfaction with the course, importance of the course for day-to-day work, class participation in class, performance and technical knowledge of teachers, Server, server knowledge before the course and server knowledge after the course. In the School of Government four evaluation criteria were used, which are: program content, instructional material, course organization and self-assessment. Statistical data show that the training is reaching the expected result, with overall satisfaction levels above 70%, serving as a positive diagnosis of the evaluation of public training policies in the Socio-Educational System of the Federal District.

Key words: Public policy. Evaluation of Public Policies. Training. Socio-educational system.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo das políticas públicas	10
Figura 2 – Nível de satisfação com o curso – 2015.....	20
Figura 3 – Importância do curso para o dia-a-dia de trabalho – 2015.....	21
Figura 4 – Participação da turma durante a aula – 2015.....	22
Figura 5 – Desempenho e conhecimento técnico dos professores – 2015	23
Figura 6 – Participação do servidor – 2015.....	24
Figura 7 – Conhecimento do servidor antes do curso – 2015	24
Figura 8 – Conhecimento do servidor após o curso – 2015	25
Figura 9 –Conteúdo programático – 2015.....	27
Figura 10 –Material instrucional – 2015	28
Figura 11 –Organização do curso – 2015	28
Figura 12 –Autoavaliação – 2015.....	29
Figura 13 –Conteúdo programático – 2016.....	30
Figura 14 –Material instrucional – 2016	31
Figura 15 –Organização do curso – 2016	31
Figura 16 –Autoavaliação – 2016.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Capacitações Realizadas 2015-2016	16
Tabela 2 – Análise Estatística DICASSE 2015	33
Tabela 3 – Análise Estatística EGOV 2015	34
Tabela 4 – Análise Estatística EGOV 2016	34

LISTA DE SÍMBOLOS, NOMENCLATURAS E ABREVIações

ATRS – Atendente de Reintegração Socioeducativo

DICASSE – Diretoria de Capacitação do Sistema Socioeducativo

EGOV – Escola de Governo do Distrito Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SSE – Sistema Socioeducativo

HT – *Hand Talk*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Problema	9
Justificativa	9
Objetivos	11
Objetivo Geral	11
Objetivos Específicos	11
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2. MATERIAIS E MÉTODOS	16
3. O CURSO DE CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PROTETIVA	17
4. RESULTADOS	20
4.1 Avaliação DICASSE 2015	20
4.1.1 Nível de satisfação com o curso.....	20
4.1.2 Importância do curso para o dia-a-dia do trabalho	21
4.1.3 Participação da turma durante a aula.....	21
4.1.4 Desempenho e conhecimento técnico dos professores	22
4.1.5 Participação do servidor	23
4.1.6 Conhecimento do servidor antes do curso	24
4.1.7 Conhecimento do servidor após o curso	25
4.2 Avaliação EGOV 2015	25
4.2.1 Conteúdo programático	26
4.2.2 Material instrucional.....	27
4.2.3 Organização do curso	28
4.2.4 Autoavaliação	29
4.3 Avaliação EGOV 2016	29
4.3.1 Conteúdo programático	30
4.3.2 Material instrucional.....	30
4.3.3 Organização do curso	31
4.3.4 Autoavaliação	32
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

A capacitação sempre foi fator diretamente relacionado à profissionalização, aprimorando a eficiência dos serviços prestados à sociedade, aproximando as qualidades da gestão privada à gestão pública.

Através das políticas de capacitação e formação são pensadas e transmitidas novas formas e metodologias do saber, trazendo modernidade e uniformidade à máquina pública, segurança ao servidor público em sua atuação e satisfação ao cidadão que usufrui de um serviço público com maior qualidade, através de servidores mais capacitados e motivados em suas atividades laborais.

Dessa forma, pensar a capacitação, seus impactos e mudanças de padrões são fundamentais para o aprimoramento do serviço público, alterando percepções e paradigmas, trazendo à sociedade um serviço cada vez mais eficiente e comprometido com o cidadão, usuário final do serviço e por quem se dá a existência da maior parte dos serviços públicos prestados pelo Estado nas suas esferas de atuação.

O Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, SSE, hoje subordinado à Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude é o órgão de Estado responsável por executar, dentre outras políticas, as Medidas Socioeducativas aos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional, por meio de sua Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. De acordo com a Lei Distrital nº. 5.351 de 04 de junho de 2014 artigo 2º, a Carreira Socioeducativa é composta pelo cargos de Especialista Socioeducativo, que em sua maioria são Psicólogos, Assistentes Sociais e Pedagogos; Técnicos Administrativos, Auxiliares Socioeducativos e Atendentes de Reintegração Socioeducativos, ATRS. Tal política pública sempre foi carente quanto à capacitações específicas envolvendo estes agente públicos. A incipiente capacitação nesta área tão sensível pode ocasionar variados problemas, que vão desde a falta de habilidade em tratar com o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e até mesmo problemas relacionados à segurança das unidades socioeducativas, o que também pode ocasionar instabilidades graves à ordem pública, como fugas e rebeliões.

Dessa forma, primando por ofertar cursos que promovam o aprimoramento dos servidores, foi dada maior atenção as políticas de capacitação para o Sistema Socioeducativo. Foram criados cursos que incluem conhecimentos essenciais as

atividades funcionais dos servidores. Dentre os cursos elaborados, foi criado o Curso de Capacitação em Segurança Protetiva, o qual tem por função transmitir alguns conhecimentos essenciais para a atuação no Sistema Socioeducativo.

Este trabalho acadêmico possui um caráter inovador e exploratório, visto que não existe literatura a respeito de capacitações no âmbito do Sistema Socioeducativo das Unidades da Federação, sendo as informações aqui levantadas um marco inicial a respeito da temática e questão. Como pergunta orientadora, este trabalho acadêmico visa responder qual a avaliação do curso de Segurança Protetiva enquanto política pública de capacitação?

Problema

Este trabalho propõe como problema verificar qual é a avaliação do curso de Capacitação em Segurança Protetiva? Tal problema se insere na perspectiva da avaliação de políticas públicas, utilizando a capacitação como mecanismo de aprimoramento dos serviços prestados pelo Sistema Socioeducativo.

Justificativa

O Estado como um todo vem se transformando ao longo das décadas, com novos instrumentos de gestão, ingresso de novos atores nas políticas públicas e novas práticas a partir das demandas sociais prementes. Com a inserção de inovações na gestão pública, o Estado necessita saber o resultado de suas ações e a consequência de suas práticas. Assim, a avaliação de políticas públicas vem no sentido de direcionar o Estado para a correta aplicação das políticas públicas, corrigindo erros e analisando resultados para continuar as medidas bem sucedidas ou alterá-las para corrigir falhas, caso seja necessário.

Faz-se essencial neste aspecto conhecer o ciclo de políticas, processo que envolve a criação, implementação e avaliação de uma determinada política pública, este possui um processo dinâmico, caracterizado pela figura 1 abaixo.

Figura 1 – Ciclo das Políticas públicas



Fonte: Observatório da Gestão pública

Como se observa na figura 1, o ciclo das políticas se inicia pela definição da agenda, passando pela identificação de alternativas, avaliação e seleção das opções, a implementação, que é a execução projeto em si e por fim a avaliação, foco deste estudo.

Dessa forma, avaliar no âmbito do Sistema Socioeducativo, as políticas de capacitação é tarefa fundamental, visto que a formação dos servidores tem impacto direto em como se dá a relação entre os diferentes cargos, entre servidores e adolescentes em cumprimento de medida, entre servidores e gestores e afetando também os familiares dos socioeducandos. Logo, percebe-se que o servidor devidamente capacitado pode contribuir para melhor eficiência do serviço público prestado, relacionando-se de forma profissional com os diversos atores incluídos na dinâmica do Sistema Socioeducativo e resultando em um serviço público de excelência para a sociedade.

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que traz em seu artigo 37 os princípios que regem a Administração Pública, são elencados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e

eficiência (BRASIL, 1988). Ao se buscar o fiel cumprimento do dispositivo, a eficiência para os fins deste trabalho se torna essencial, visto que avaliar uma política pública é saber sua real efetividade e descobrir possíveis falhas. O princípio da eficiência está vinculado à noção de administração gerencial, modelo de administração proposto pelos defensores da corrente de pensamento denominada neoliberalismo. (ALEXANDRINO, 2010).

Considerando ainda especialmente os preceitos legais relacionadas aos direitos da Criança e do Adolescente, o adolescente tem prioridade absoluta e deve ter tratamento especializado (BRASIL, 1990). Para tal fim, é necessário especializar o atendimento socioeducativo através de iniciativas de capacitação, tornando o servidor apto a entender toda a complexidade que envolve sua atividade profissional e prepará-lo para lidar com as diversas situações inerentes ao seu trabalho.

Objetivos

Objetivo Geral

Avaliar o curso de Segurança Protetiva enquanto política pública de capacitação.

Objetivos específicos

- Avaliar o êxito do curso através da pesquisa de satisfação;
- Analisar os dados e seus resultados;
- Avaliar os resultados da capacitação enquanto política pública.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em relação ao que seriam políticas públicas, existem definições variadas, sendo que:

Mead (1995) define como um campo dentro do estudo da política pública que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolher fazer ou não fazer. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p.68).

Quanto ao estudo e análise da avaliação de políticas públicas, Fagundes e Moura dissertam que esta

seja dotada de maior racionalidade técnica e gerencial. Alias, quase sempre, sobretudo no Brasil, a tomada de decisão sobre programas e políticas é realizada sem o adequado conhecimento de como o programa funciona em sua realidade no plano da implementação. (FAGUNDES; MOURA, 2009, p.90).

Os mesmos autores ainda afirmam que a partir de informações advindas de processos de avaliação, pode-se identificar e incentivar os programas que funcionam com mais efetividade, eficiência e eficácia, bem como orientar aqueles com desempenho não satisfatório, no sentido de seu aperfeiçoamento, da correção de erros e da superação de obstáculos. (FAGUNDES; MOURA, 2009, p.90).

Em sintonia com Fagundes & Moura, Maria Cecília Roxo Barreira afirma que “é fundamental para aferir o grau de eficiência, efetividade e eficácia que os serviços sociais apresentam e em consequência realimentar as decisões e ações no campo da política social.” (BARROS apud FAGUNDES; MOURA, 2009, p.90).

Sobre o significado de avaliar políticas públicas, Figueiredo & Figueiredo ressaltam que

avaliar é atribuir valor, determinando o que é bom ou mau. Neste sentido, a avaliação política das políticas públicas implica atribuir valor às suas consequências, ao aparato institucional onde as políticas ocorrem e aos próprios atos que pretendem modificar seu conteúdo, implicando, portanto, a definição de critérios.(FIGUEIREDO; FIGUEIREDO *apud* FAGUNDES; MOURA, 2009, p.91).

Rolando Franco, em 1971 também publicou conceito sobre avaliação, afirmando que “avaliar é estabelecer um valor, o que requer um procedimento mediante o qual se faz uma mensuração dos resultados correlacionados aos

objetivos, metas e padrões estabelecidos”. (FRANCO *apud* FAGUNDES; MOURA, 2009, p.93).

No Brasil até a década de setenta o foco da avaliação de políticas públicas recaía sobre as áreas de saúde e educação, sendo que nas demais áreas relacionadas a políticas sociais, as avaliações eram relacionadas a estudos de caso, em geral descontínuos e não obrigatórios. Mesmo nas áreas de saúde e educação o foco era meramente medir o alcance das metas estabelecidas e os meios adequados aos objetivos dos programas. (FAGUNDES; MOURA, 2009, p.94).

Acerca do debate sobre a avaliação de programas os autores acima afirmam que

um programa é um conjunto de projetos que perseguem os mesmos objetivos. Estabelece as prioridades de intervenção, identifica e ordena projetos, define o âmbito institucional e aloca os recursos a serem utilizados (...) por sua vez, o projeto consiste em empreendimento limitado no tempo e formado por um conjunto coordenado de operações inter-relacionadas, cuja finalidade é alcançar determinados objetivos dentro dos limites especificados de recursos. Assim, as principais diferenças entre esses dois instrumentos de programação estão associadas aos aspectos de continuidade temporal e de utilização dos recursos, sendo que o primeiro apresenta execução continuada e emprego intensivo de recursos para manutenção, enquanto o segundo é delimitado no tempo, e a utilização de recursos destina-se, via de regra, para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental. (FAGUNDES & MOURA, 2009, p.96).

A respeito da avaliação do sucesso ou fracasso de uma política pública, é afirmado também que

da mesma forma, para dimensionar o sucesso ou fracasso de uma política, devemos também considerar que as políticas públicas apresentam dois aspectos: um objetivo, preocupado em gerar um produto físico, tangível e mensurável (alterações de índices), e outro subjetivo (mudanças de atitudes, comportamentos, opiniões). Há que considerar que os produtos de políticas públicas nem sempre revelam até que ponto os objetivos desejados foram ou não atingidos. (FAGUNDES; MOURA, 2009, p.98).

Quanto à potencialidade que os processos de avaliação podem ser para o setor público,

acredita-se que o processo de avaliação pode tornar-se efetivamente uma “revolução silenciosa” à medida que for executado comprometidamente e introduzido de forma que visualize a realidade do cotidiano de um povo tão sofrido pela gritante disparidade na distribuição de renda nacional. (FAGUNDES; MOURA, 2009, p.101).

Ramos e Schabbach, quando dissertam sobre avaliação de políticas públicas, afirmam que

a avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, esse último instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo. (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p.1272).

Para Costa e Castanhar *apud* Ramos e Schabbach

trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, tendo em vista a determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos. É uma atividade permanente e não restrita à etapa final do ciclo da política pública (que inclui as fases: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação), que informa sobre seus avanços e limites. “O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa. (COSTA; CASTANHAR, 2003, p.972 *apud* RAMOS; SCHABBACH, 2012, p.1272).

Dessa forma, percebe-se que o conceito de avaliação de políticas públicas é amplo, com uma gama de conceitos e aplicações. Para Ramos e Schabbach, “a avaliação permite aos formuladores e gestores de políticas públicas desenharem políticas mais consistentes, com melhores resultados e melhor utilização de recursos.” (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p.1273).

No Brasil, o crescente interesse se relaciona a efetividade das ações implementadas, visto que a avaliação permite que os gestores conheçam os resultados dos programas e projetos, informações que são estratégicas para o aprimoramento dos programas e projetos. (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p.1273).

Para Ramos e Schabbach, trata-se de atividade estratégica que

propicia a compreensão das políticas e do Estado em ação, visando o seu aprimoramento (Draibe, 1997). Assim, beneficia o pesquisador, o técnico, o usuário, o Estado e a sociedade em geral. É um instrumento para a tomada de decisões e para viabilizar o controle social sobre o gasto público e as ações de governo, um importante direito democrático. (LOBO, 2001; ARRETCHE, 2001 *apud* RAMOS; SCHABBACH, 2012, p.1273).

Sobre a significação de avaliação e monitoramento de programas,

a avaliação e o monitoramento de programas consistem na verificação da adequação do desenho à sua finalidade e aos objetivos pretendidos, da correlação entre os serviços prestados e as metas definidas estrategicamente, dos efeitos (resultados e/ou impactos) mensuráveis e, por fim, da lógica de eficiência subjacente, ou seja, examinar se os benefícios advindos da política compensam seus custos. (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1280).

Sobre os diferentes usos das avaliações, existem quatro possibilidades: instrumental, conceitual, como instrumento de persuasão e para o esclarecimento.

O uso instrumental depende da qualidade da avaliação e da adequada divulgação de seus resultados, de sua inteligibilidade e da factibilidade das recomendações eventualmente propostas. No uso conceitual, as descobertas da avaliação podem alterar a maneira como os técnicos compreendem a natureza, o modo de operação e o impacto do programa. A avaliação como instrumento de persuasão ocorre quando ela é um recurso para mobilizar o apoio à posição que os tomadores de decisão já têm sobre as mudanças necessárias na política ou programa e para ganhar novos adeptos para as mudanças desejadas. Por fim, o uso para o esclarecimento incide sobre as redes de profissionais e comunidades de políticas, os formadores de opinião e as *advocacy coalitions*, no sentido de produzir alterações nas crenças e na forma de ação institucional, pautando, assim, a agenda governamental. (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p.1280).

Kressler (1998, p.1) argumenta que

a avaliação é uma atividade infinitamente complexa visto que encerra em si mesma a complexidade de toda e qualquer política, cujos objetivos são variados, os atores numerosos, os instrumentos diversificados, enquanto os resultados são, principalmente, decepcionantes. (KRESSLER *apud* TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011, p.306).

Ainda sobre avaliação, para Perret (2001) a avaliação é

uma atividade polissêmica, que se aplica a objetos diversos: políticas, programas e projetos; em diferentes domínios da ação pública (educação, saúde, meio ambiente, segurança, etc.) e em espaços geográficos de abrangência variável (local, regional, nacional e internacional). (PERRET *apud* TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011, p. 306).

Por fim, Perret também ressalta que

a avaliação de políticas públicas é uma atividade motivada por diferentes finalidades: 1) uma avaliação pode visar esclarecer o planejamento da concepção de um programa ou política; 2) elucidar os seus processos de implementação – avaliação formativa ou corretora e, principalmente; 3) apreender os seus resultados – avaliação de balanço e conclusiva. (PERRET *apud* TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011, p. 306).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Foram analisadas avaliações de reação realizadas pela Diretoria de Capacitação do Sistema Socioeducativo e pela Escola de Governo, com o intento de mensurar a satisfação dos servidores em relação ao curso. A partir dos resultados, possuir informações que consigam avaliar o curso enquanto política pública de capacitação.

Assim, o trabalho é produzido por meio de análise de dados estatísticos gerados pelos referidos órgãos que submeteram os servidores a questionários acerca da formação. Os dados para este trabalho foram coletados entre abril de 2015, mês em que se começou a capacitação em Segurança Protetiva até setembro de 2016. No total serão analisados dados referentes a 14 cursos de Capacitação em Segurança Protetiva, sendo oito turmas em 2015 com um total de 196 servidores e seis turmas em 2016, com um total de 157 servidores, englobando 353 concluintes que responderam a pesquisa, conforme dados da tabela abaixo.

Tabela 1 – Capacitações Realizadas 2015-2016

CAPACITAÇÕES REALIZADAS 2015-2016	
CURSOS	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
ANO DE 2015	
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 01	18
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 02	36
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 03	29
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 04	16
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 05	24
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 06	24
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 07	25
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 08	24
TOTAL NO ANO DE 2015	196
ANO DE 2016	
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 01	28
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 02	21
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 03	24
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 04	30
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 05	30
SEGURANÇA PROTETIVA TURMA 06	24
TOTAL SEGURANÇA PROTETIVA	157
TOTAL ABSOLUTO	353
TOTAL DE SERVIDORES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	1.345

Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

3. O CURSO DE CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PROTETIVA

Antes de descrever o curso de capacitação em Segurança Protetiva em maiores detalhes vale ressaltar que este curso é um recorte de uma capacitação que é oferecida ao Sistema Socioeducativo, dentre diversas outras essenciais e necessárias, como cursos de comunicação não violenta, mediação de conflitos, legislação, saúde mental, elaboração de relatórios, dentre diversos outros que podem ser citados. O adolescente deve possuir atenção integral do Estado por meio do Sistema de Garantia de Direitos, e considerando a incompletude institucional, que significa que os órgãos devem auxiliar uns aos outros cada em sua área de competência, visando como fim o adolescente do Sistema Socioeducativo, este deve ser visto sob a ótica de diversos saberes, tendo os servidor que possuir uma gama de qualificações profissionais para sua efetiva atuação.

Assim, o curso de Capacitação em Segurança Protetiva, foi iniciado pela Diretoria de Capacitação do Sistema Socioeducativo, DICASSE, em abril de 2015, órgão subordinado à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. O curso se dividiu em duas fases, sendo conduzido pela DICASSE em suas quatro primeiras turmas e posteriormente sendo recepcionado pela Escola de Governo, EGOV, órgão responsável pela capacitação dos servidores do Governo do Distrito Federal de forma ampla, totalizando 14 turmas nos dois órgãos. Dessa forma, a análise tomará por ponto de partida o ano de 2015, quando se iniciou a capacitação, avaliando o período em que o curso que era ministrado pela DICASSE e o período em que o curso foi regido pela EGOV.

Enquanto o curso foi administrado pela DICASSE, ele foi avaliado em sete parâmetros, sendo eles:

1. Nível de satisfação com o curso;
2. A importância do curso para o dia-a-dia do seu trabalho;
3. Participação da turma durante a instrução;
4. Desempenho e conhecimento técnico dos professores;
5. Participação do servidor;
6. Conhecimento do servidor antes do curso;
7. Conhecimento do servidor após o curso.

Na análise, serão comparados os mesmos atributos nas diferentes capacitações realizadas ao longo do ano de 2015 e 2016, como forma de comparar

as informações e adquirir um panorama geral de como os servidores concluintes dos cursos enxergaram cada um dos itens avaliados.

A referida capacitação possui uma carga horária de 60 horas contando com cinco disciplinas em sua grade curricular, sendo elas:

1. Socioeducação: concepções e práticas (16 horas);
2. Estrutura e funcionamento da Corregedoria (04 horas);
3. Procedimentos de Segurança Socioeducativa (16 horas);
4. Uso do radiocomunicador (04 horas);
5. Defesa Pessoal, Imobilizações Táticas e Contenções (20 horas).

O questionário respondido pelos servidores possui cinco níveis de satisfação, sendo eles: ruim, regular, bom, ótimo e excelente.

Quanto aos conteúdos do curso, a primeira disciplina ministrada é a de Socioeducação concepções e práticas. Nesta o discente tem contato com todo o arcabouço teórico da história da criança e do adolescente no Brasil, criminologia e das políticas de atendimento aos adolescentes, em específico, sobre o adolescente autor de atos infracionais. Ato infracional, segundo o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente é "a conduta descrita como crime ou contravenção penal". (BRASIL 1990).

Já a disciplina Procedimentos de Segurança Socioeducativa tem como intuito dar aos servidores condições de compreender toda a legislação pertinente ao adolescente autor de ato infracional que está atrelada a procedimentos de segurança e a partir disso, ter a habilidade de avaliar e tomar providências visando o aprimoramento da Segurança Socioeducativa, especialmente se tratando de unidades de internação estrita. O ECA em seu capítulo II, Das Entidades de Atendimento, Seção I Disposições Gerais, estabelece a responsabilidade das entidades de atendimento socioeducativo para com os adolescentes, sendo elas abaixo definidas.

Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I - orientação e apoio sócio-familiar
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto
- III - colocação familiar;
- IV - acolhimento institucional;
- V - prestação de serviços à comunidade;
- VI - liberdade assistida
- VII - semiliberdade; e
- VIII - internação. (BRASIL, 1990).

O Sistema Socioeducativo, como antes dito, trata com adolescentes em conflito com a Lei. Em momentos de crise, considerando o termo como situações que envolvam brigas, fugas, motins e até rebeliões, é necessário ao ATRS, cargo responsável, dentre outras atribuições, pela segurança no Sistema Socioeducativo, especialmente em unidades de internação estrita, que se utilize do uso da força.

Posto isso, precisa conhecer técnicas e procedimentos práticos que garantam a sua própria segurança, assim como a do adolescente em cumprimento de medida e de terceiros. Dessa forma, a defesa pessoal, o uso de imobilizações e contenções são técnicas utilizadas para que em situações extremas o servidor saiba fazer o devido uso da força, primando sempre pelos princípios da legalidade, proporcionalidade e conveniência, sendo uma das disciplinas do curso aqui avaliado.

A disciplina estrutura e funcionamento da Corregedoria tem como foco fazer o servidor ciente de suas responsabilidades, atribuições, deveres e obrigações. Assim sendo, no âmbito da Lei Complementar n°. 840, Lei que rege o servidor público civil do Distrito Federal, esta aborda questões referentes ao Processo Administrativo Disciplinar a qual os servidores do SSE estão submetidos, além da disciplina abordar demais legislações complementares. O foco da disciplina é pedagógico e informativo instruindo o servidor sobre as condutas esperadas no âmbito da repartição pública, além das conseqüências inerentes as faltas funcionais decorrentes da inobservância dos preceitos legais.

O radiocomunicador, ou HT (*hand talk*) é um instrumento de trabalho utilizado no âmbito das unidades de internação do Sistema Socioeducativo que tem por finalidade facilitar a comunicação, sendo um aparelho fundamental para a segurança de uma unidade, visto que é por meio dele que se faz um pedido de socorro ou de emergência, além de facilitar a comunicação no cotidiano de trabalho. Ter conhecimento sobre esta ferramenta é essencial ao servidor que trabalha na segurança, considerando que ele é utilizado para uma gama de situações do cotidiano e também em casos de crise, fazendo parte do rol de disciplinas ministradas no curso em questão.

4. RESULTADOS

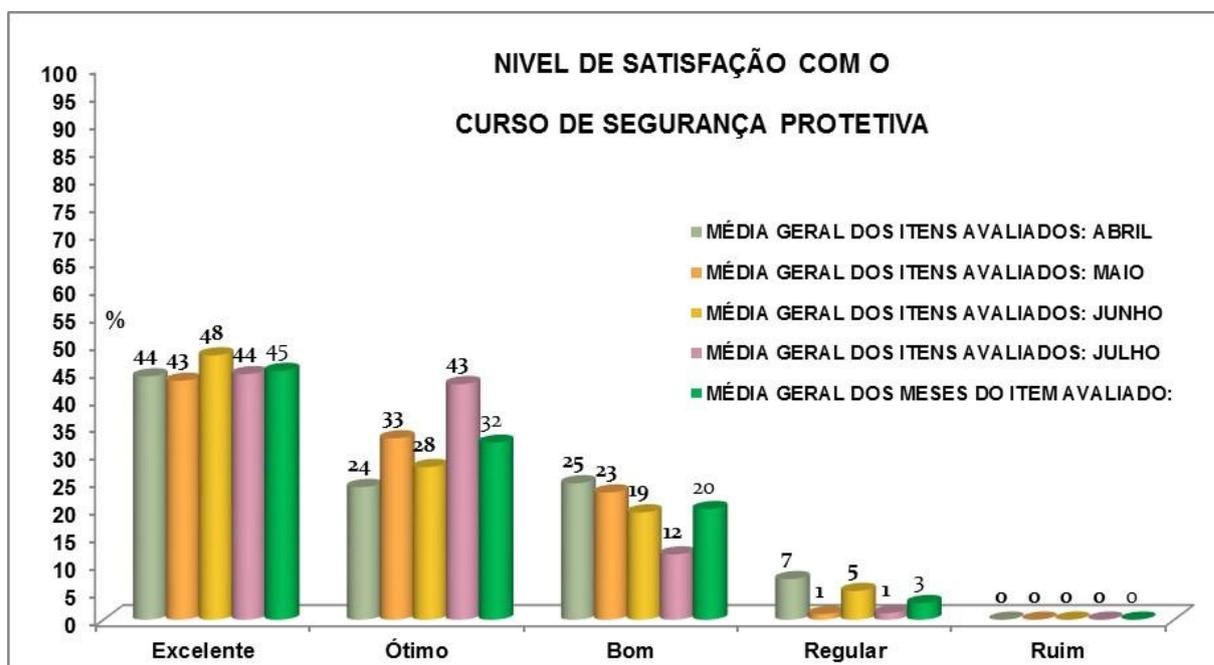
4.1 Avaliação DICASSE 2015

A pesquisa foi feita considerando os meses de abril, maio, junho e julho, aos quais a execução e avaliação do curso estavam sob responsabilidade da Diretoria de Capacitação do Sistema Socioeducativo. Foram gerados os dados para cada pergunta do questionário, conforme os gráficos abaixo relacionados.

4.1.1 Nível de satisfação com o curso

Avaliando os parâmetros do curso o primeiro item que os servidores responderam na pesquisa foi referente ao nível de satisfação com o curso. Na média geral, percebe-se uma predominância nos índices excelente e ótimo, sendo que o atributo excelente ficou com média geral de 45% e o ótimo de 32%, somados, representam uma média de 77%. Não houve predominância do índice ruim, e média de 3% do atributo regular.

Figura 2 – Nível de satisfação com o curso - 2015

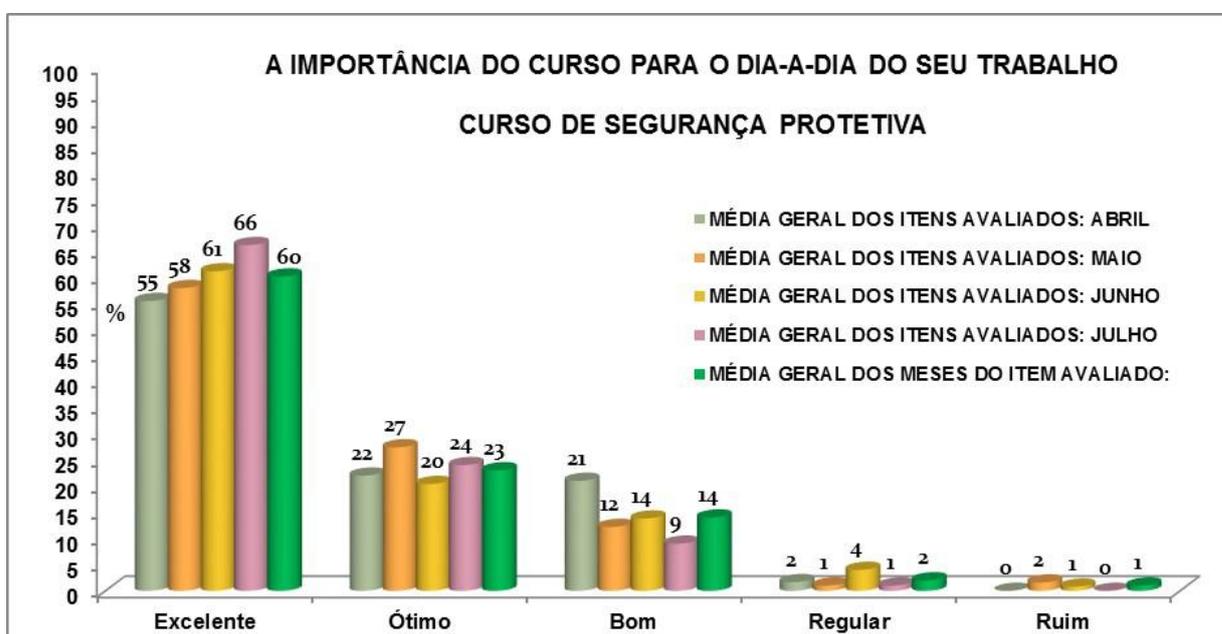


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.1.2 A importância do curso para o dia-a-dia do trabalho

Neste tópico, mais do que no tópico anterior, os servidores consideraram em sua maior parte como excelente a importância do curso para o dia-a-dia do trabalho, com média de 60%. O atributo ótimo obteve média geral de 23%. Somados, os atributos excelente e ótimo acumulam 83% de média. Neste gráfico é notado também incidência no atributo ruim, porém bastante moderada, com média de 1%.

Figura 3 – A importância do curso para o dia-a-dia do trabalho – 2015

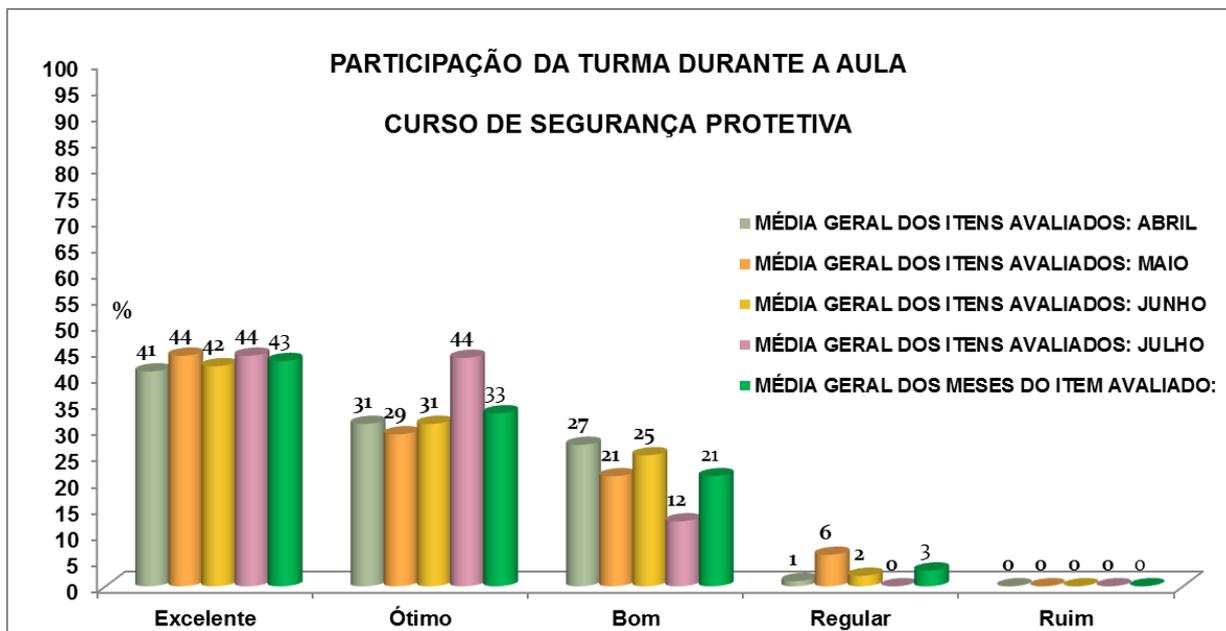


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.1.3 Participação da turma durante a aula

Neste critério, assim como nos demais, observa-se uma forte predominância do atributo excelente e do atributo ótimo, com médias de 43% e 33% respectivamente, indicando que de modo geral, os servidores consideraram a turma com um bom rendimento no curso. O atributo ruim não foi marcado por nenhum servidor para este dado e o atributo regular obteve média de 3%.

Figura 4 – Participação da turma durante a aula – 2015

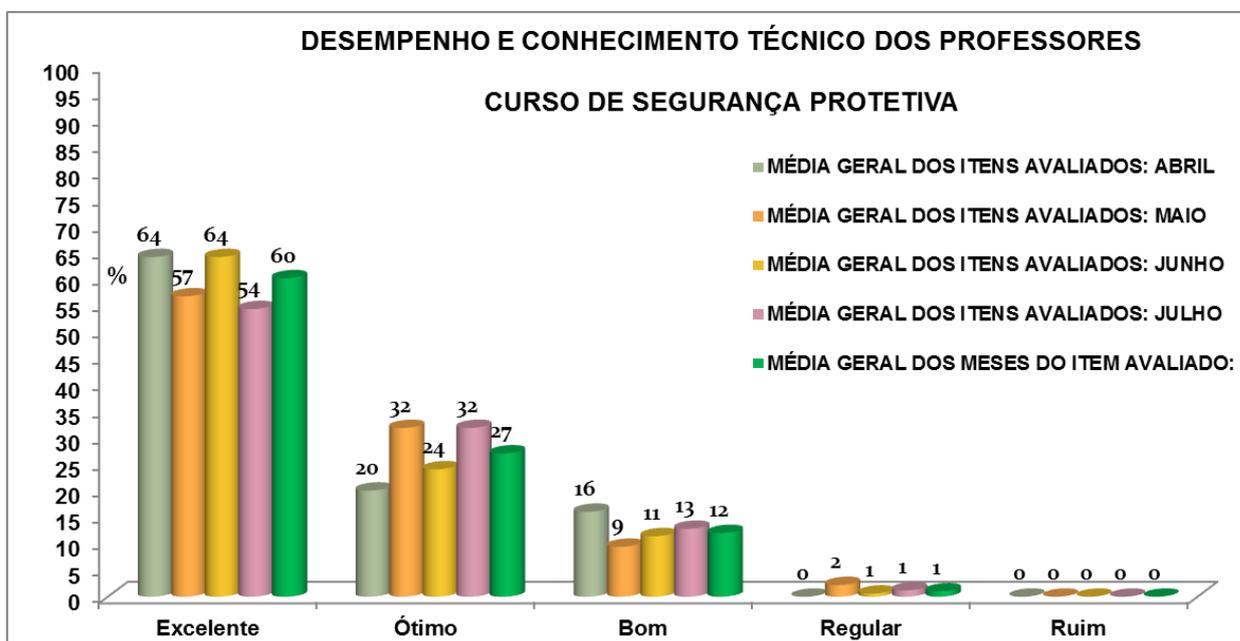


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.1.4 Desempenho e conhecimento técnico dos professores

O desempenho e conhecimento técnico dos professores obtiveram índices elevados, com média de 60% no excelente e 27% de ótimo. Somadas, as médias dos índices excelente e ótimo geram um percentual de 87%. Houve média de 1% sobre o índice regular. As médias positivas indicam uma boa metodologia e domínio do conteúdo por parte dos professores.

Figura 5 – Desempenho e conhecimento técnico dos professores - 2015

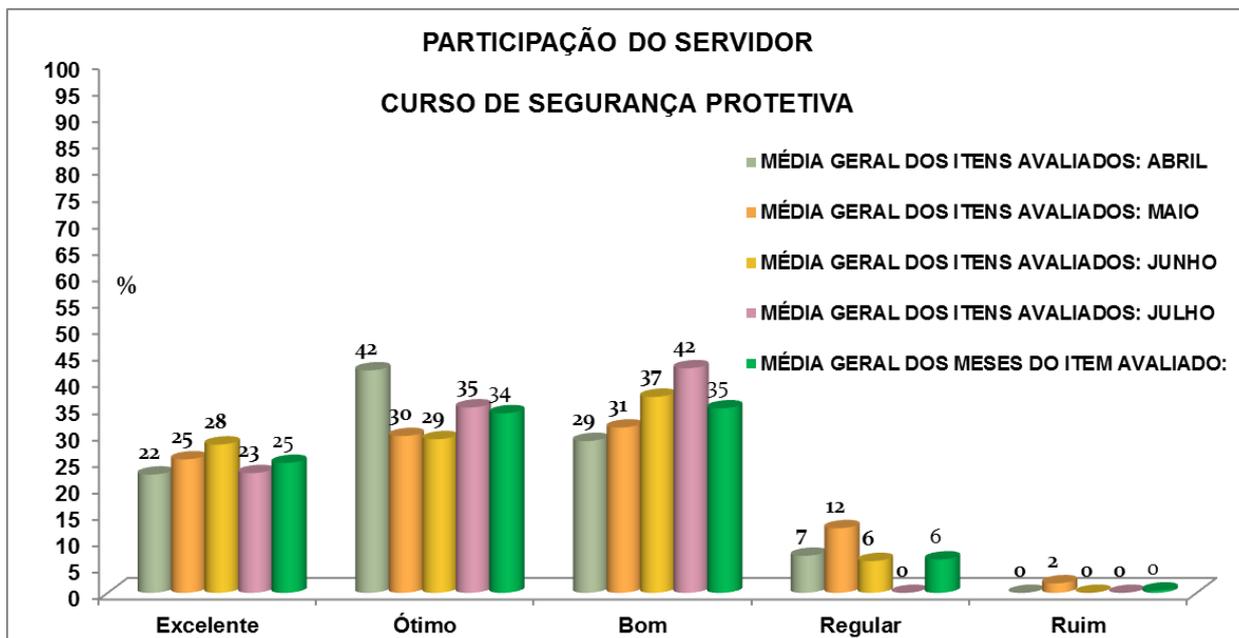


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.1.5 Participação do servidor

Na autoavaliação do servidor, houve predominância do atributo bom, com 35%, seguido de ótimo com 34% e excelente 25%. Regular ficou com 6% de média e não houve incidência do atributo ruim. Nota-se que o servidor se auto-avaliando houve uma dispersão dos dados, excetuando-se o atributo ruim.

Figura 6 – Participação do servidor - 2015

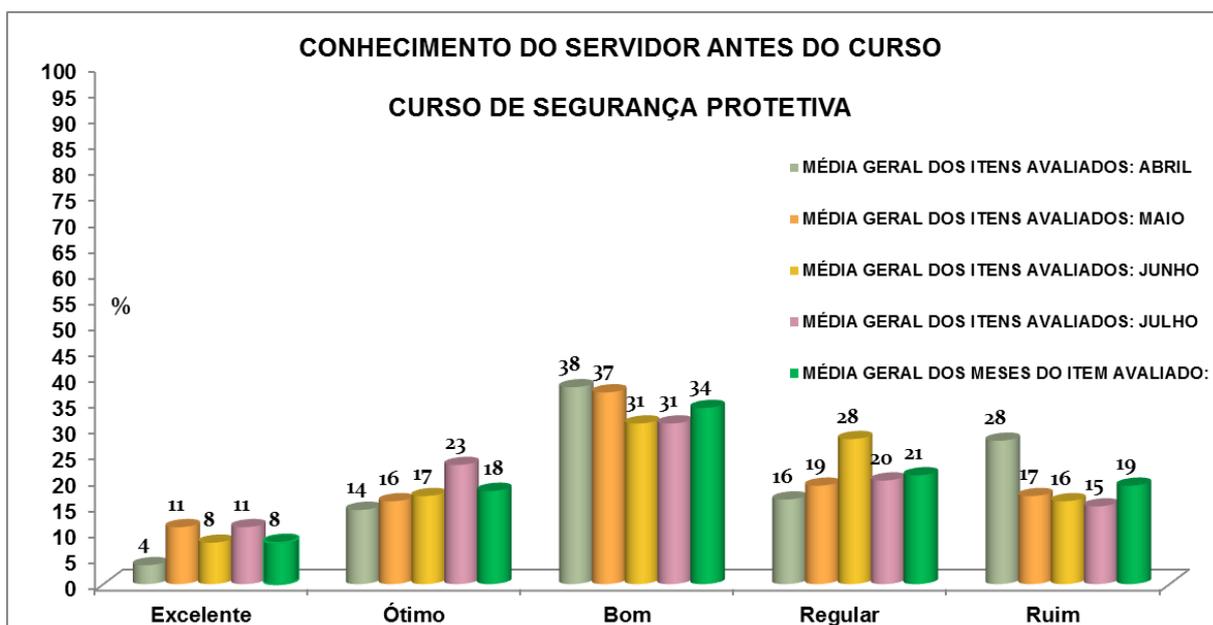


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.1.6 Conhecimento do servidor antes do curso

O gráfico revela que a maior parte dos servidores considerou o conhecimento antes do curso como bom, com média de 34% seguido do critério regular com 21%, ótimo com 18% e excelente com 8%. Este dado revela um maior equilíbrio entre os critérios, com os servidores considerando o seu conhecimento antes do curso em diversos níveis.

Figura 7 – Nível de satisfação com o curso - 2015

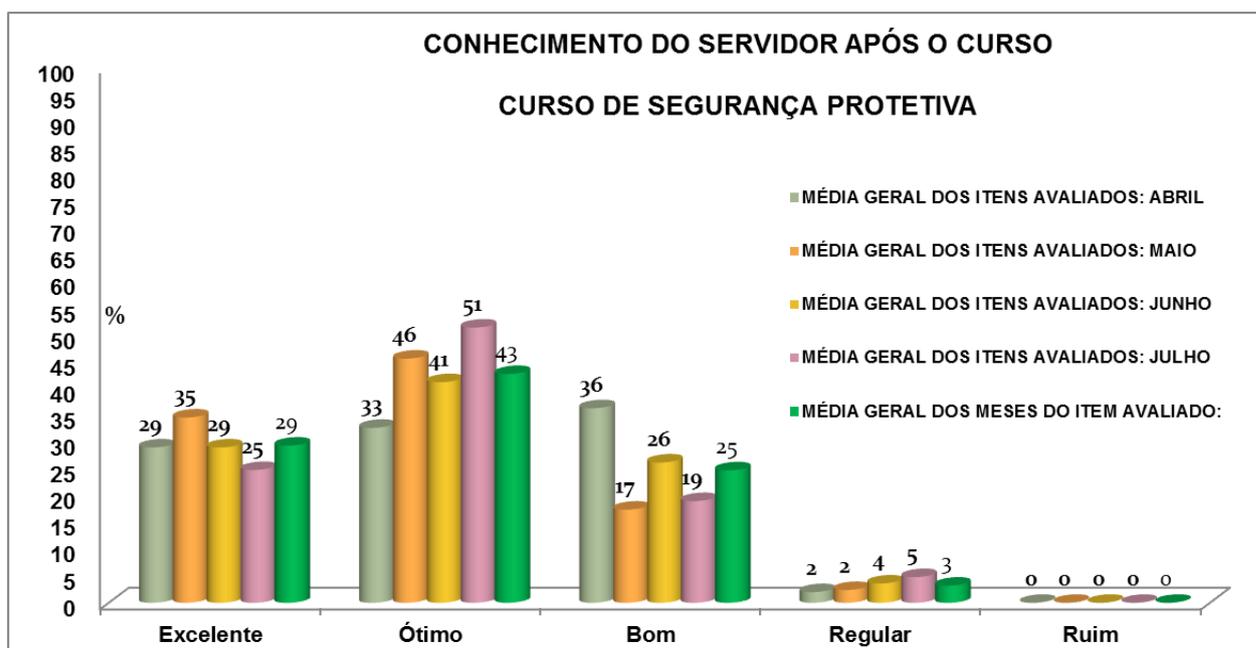


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.1.7 Conhecimento do servidor após o curso.

O gráfico revela a predominância do critério ótimo com média de 43%, seguido do excelente com 29% e bom com 25%. Comparado com o gráfico anterior, percebe-se a mudança nos índices, onde antes se observava um equilíbrio entre os índices e neste nota-se o domínio de critérios positivos. Nenhum servidor apontou seu conhecimento após o curso como ruim e média de 3% classificaram o conhecimento após o curso como regular. O estudo do gráfico anterior e deste em conjunto servem como parâmetro para avaliar a evolução do servidor no conhecimento.

Figura 8 – Conhecimento do servidor após o curso - 2015



Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

5.2 Avaliação EGOV 2015

Quando a EGOV recebeu o curso, as avaliações passaram a ser realizadas pela própria Escola de Governo. Dessa forma, a instituição utilizou como critérios os seguintes itens:

- Quanto ao conteúdo programático
 - O conteúdo programático atendeu aos objetivos do curso;

- A carga horária foi suficiente para o desenvolvimento do conteúdo programático do curso.
- Quanto ao material instrucional
 - Estava de acordo com o conteúdo programático do curso;
 - Apresentou qualidade quanto à impressão, organização, formatação e espaço para anotações.
- Quanto à organização do curso
 - Qualidade do atendimento;
 - Clareza nas orientações recebidas;
 - Localização do curso;
 - Instalações e equipamentos.
- Quanto à autoavaliação
 - Assimilação do conteúdo ministrado;
 - Utilidade e aplicação, no seu trabalho, dos conhecimentos adquiridos.

Existem outros critérios utilizados pela instituição, contudo, devido ao recorte para a pesquisa, foram selecionados apenas os critérios considerados de maior relevância. São utilizados critérios numéricos de zero a dez, sendo zero o pior e dez o melhor.

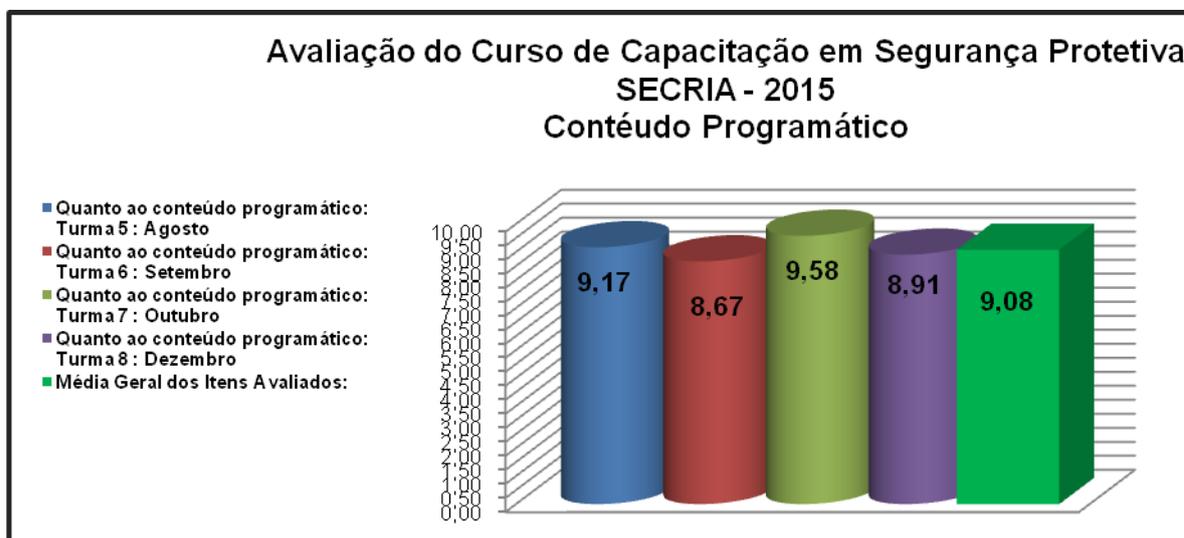
Assim, no ano de 2015, foram realizadas quatro turmas do curso sob a coordenação da EGOV nos meses de agosto, setembro, outubro e dezembro, totalizando quatro turmas.

4.2.1 Conteúdo Programático

Este tópico agrupa a média dos itens relativos a se o conteúdo programático atendeu aos objetivos do curso e se a carga horária foi suficiente para o desenvolvimento do conteúdo programático do curso. A média geral foi de 9,08, com a menor média sendo no mês de setembro com 8,67 e a maior no mês de outubro, com 9,58. Isso reflete uma carga horária satisfatória de uma forma geral, considerando a capacitação possuir 60 horas e com as disciplinas atendendo ao

propósito específico, considerando as peculiaridades de cada uma e a contribuição do conteúdo para o conjunto do curso.

Figura 9 – Conteúdo Programático – 2015



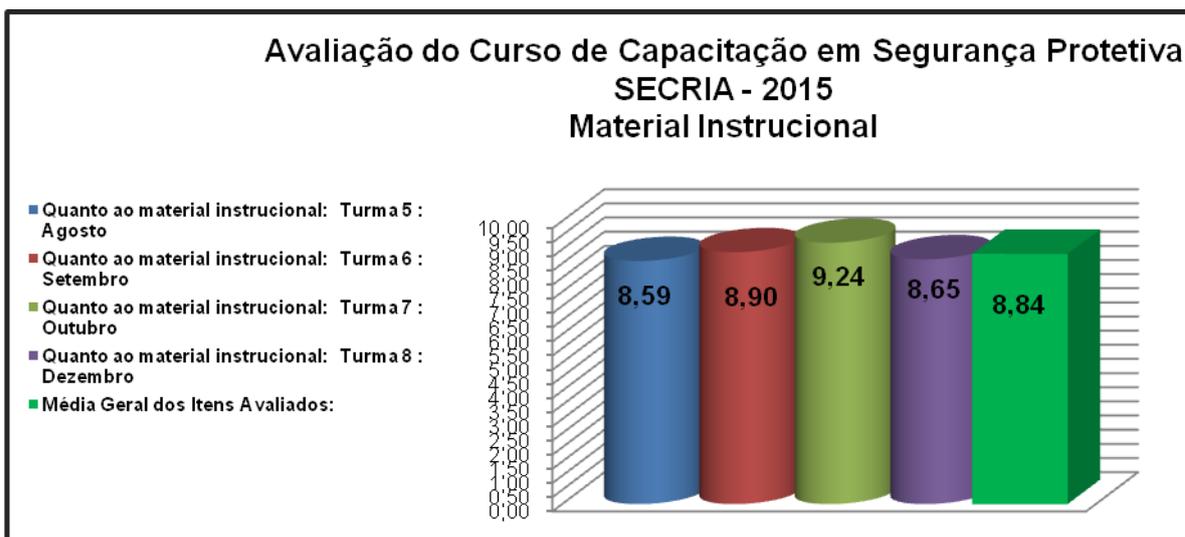
Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.2.2 Material Instrucional

Em relação ao material instrucional, que observa se o material estava de acordo com o conteúdo programático do curso e se o material apresentou qualidade quanto à impressão, organização, formatação e espaço para anotações são perceptíveis os menores resultados. A média geral ficou em 8,84, sendo a menor média no mês de agosto, com 8,59 e a maior no mês de outubro, com 9,24.

Apesar de ser uma média inferior se comparada aos demais índices aqui retratados, ainda se compõe em uma média alta. Podem-se tomar os índices como uma crítica para que se aprimore a formação em relação ao material instrucional.

Figura 10 – Material instrucional - 2015

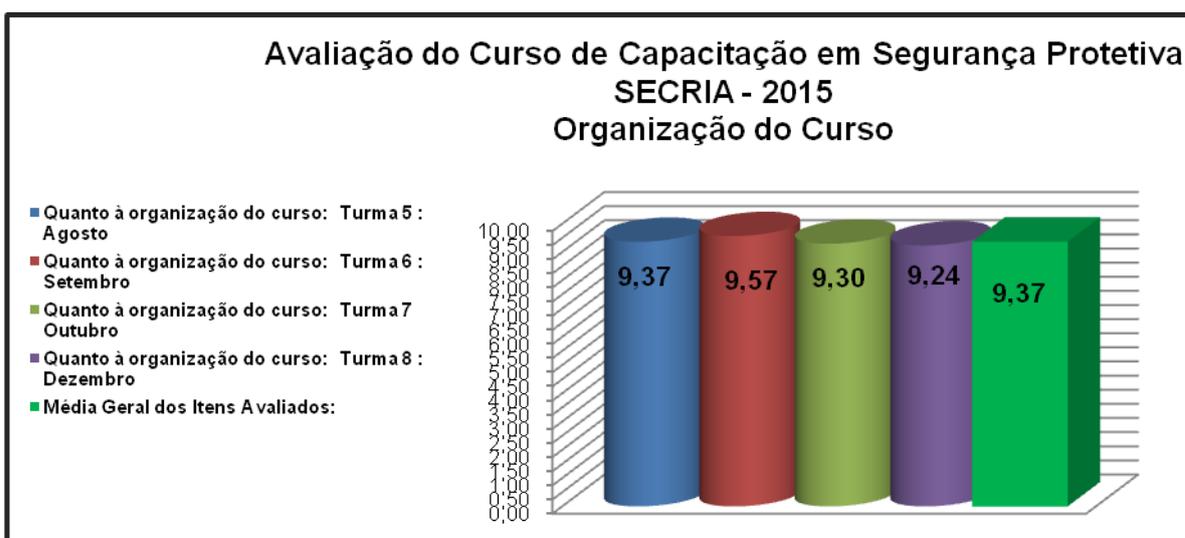


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.2.3 Organização do curso

A organização do curso, que envolve os itens relativos à qualidade do atendimento, clareza nas orientações recebidas, localização do curso e instalações e equipamentos obteve média geral de 9,37. A menor média foi no mês de outubro, com 9,37 e a maior no mês de setembro, de 9,57. A média geral foi a maior dentre os itens avaliados, significando um reforço positivo a ser mantido na avaliação da política de capacitação.

Figura 11 – Organização do curso - 2015

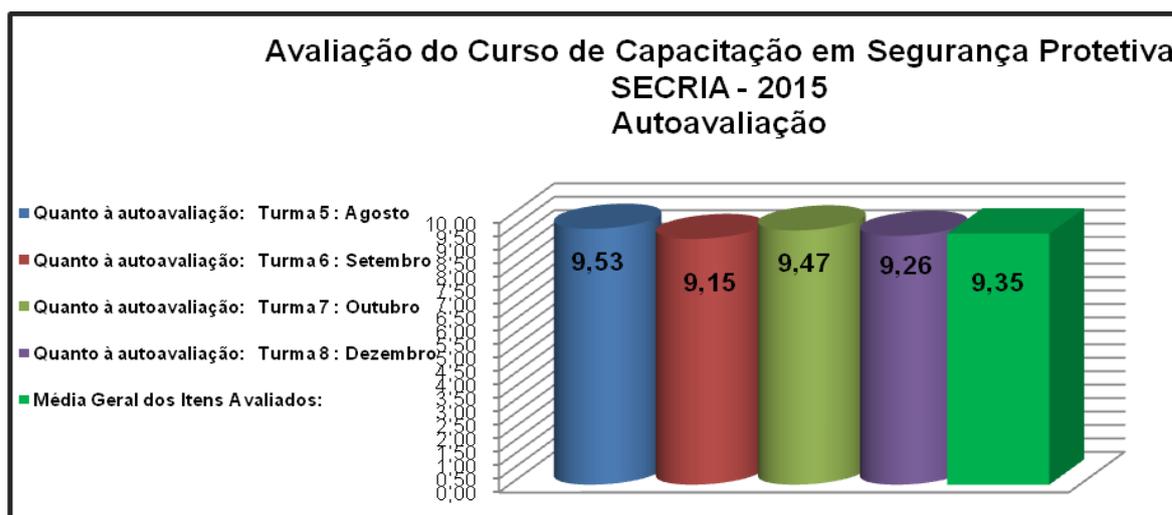


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.2.4 Autoavaliação

Quanto a este parâmetro avaliativo, ele demonstra a média agrupada sobre a assimilação do conteúdo ministrado por parte do servidor juntamente com a utilidade e aplicação no trabalho do conteúdo ministrado, nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro. Através da análise dos dados é possível perceber um elevado índice, com todas as colunas com resultados acima de 9,0, numa escala de zero a dez. Assim, a menor média ficou no mês de setembro, com 9,15 e a maior média no mês de agosto, com 9,53. A coluna verde mostra a média geral dos itens avaliados, que foi de 9,35. Talvez este seja um dos itens de maior importância da avaliação conduzida pela EGOV, visto que reflete se o servidor assimilou o que foi transmitido e se o que aprendeu tem utilidade para seu dia-a-dia de trabalho.

Figura 12 – Autoavaliação - 2015



Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.3. Avaliação EGOV 2016

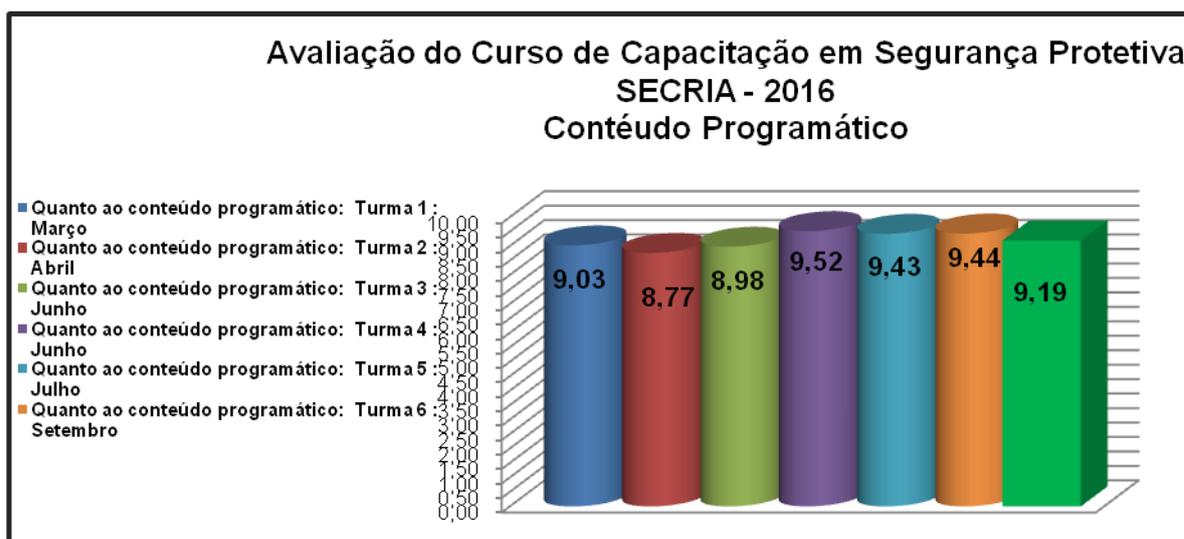
No ano de 2016, seguindo a continuidade do curso, foram realizadas seis turmas do curso de Capacitação em Segurança Protetiva, promovidas integralmente pela EGOV, nos meses de março, abril, junho, julho (com duas turmas) e setembro.

Os dados foram gerados pela Escola de Governo nos mesmos parâmetros descritos no tópico anterior, com as mesmas disciplinas, professores e carga horária.

4.3.1 Conteúdo programático

A média geral dos cursos de Capacitação em Segurança Protetiva do ano de 2016 quanto ao conteúdo programático foi de 9,19, com a menor média sendo no mês de abril com 8,77 e a maior no mês de junho, com 9,52. As médias da EGOV no ano anterior para este item foi de 9,08, demonstrando uma modesta evolução estatística de 0,11%.

Figura 13 – Conteúdo Programático – 2016

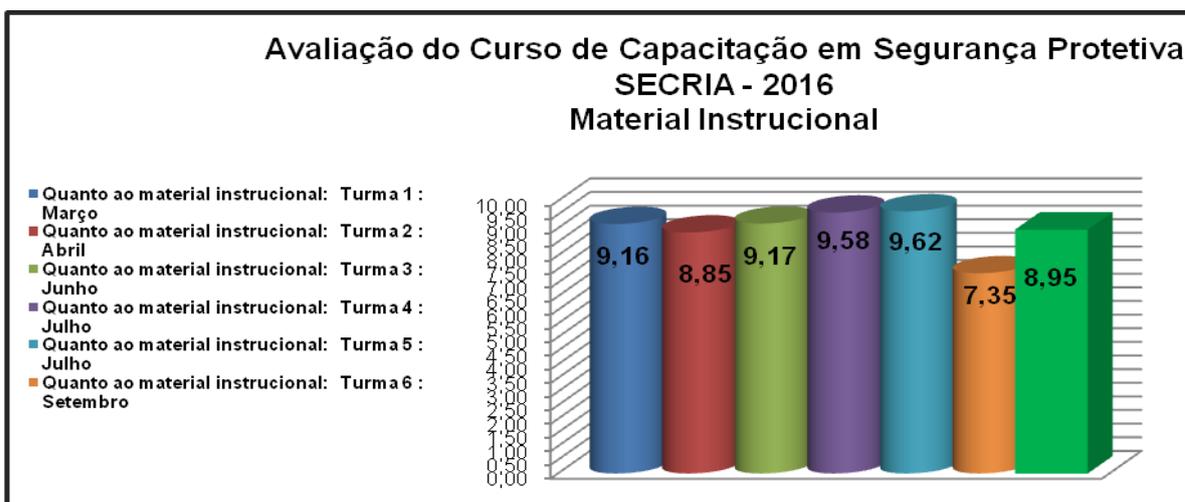


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.3.2 Material instrucional

Em relação ao material instrucional, a média geral foi de 8,95, com a menor média no mês de setembro, de 7,35 e a maior no mês de julho, de 9,62. Também demonstra modesta evolução de 0,11 na escala em relação ao ano anterior, onde a média geral foi de 8,84.

Figura 14 – Material Instrucional - 2016

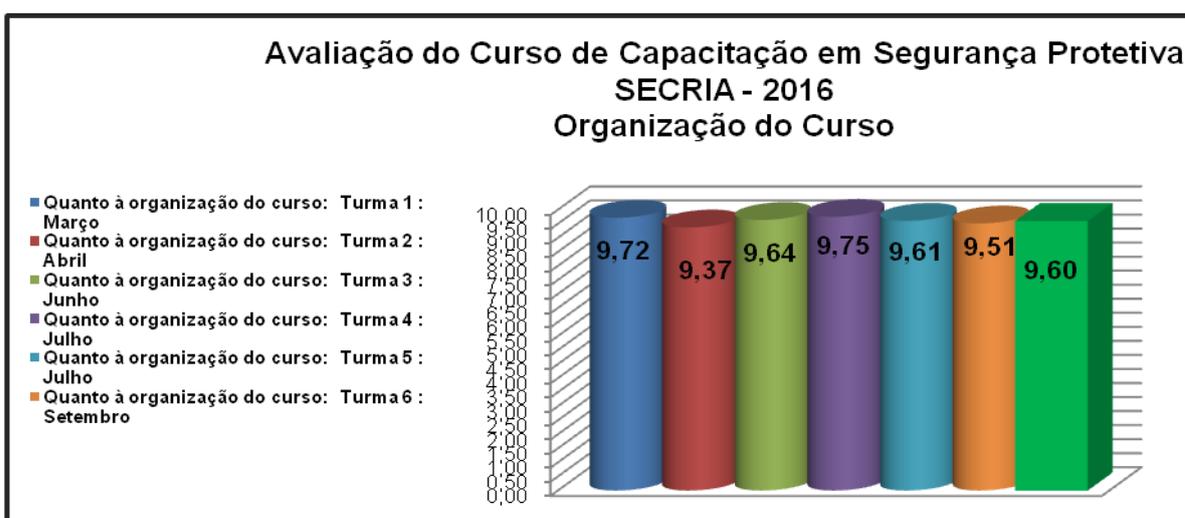


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.3.3 Organização do curso

A organização do curso teve média geral de 9,60, com a menor média no mês de abril, de 9,37 e a maior média no mês de julho, de 9,75. Em relação ao ano anterior, houve evolução de 0,23 na escala, passando de 9,37 para 9,6. Notam-se médias bem elevadas relacionadas à organização do curso, demonstrando um índice muito satisfatório.

Figura 15 – Organização do curso - 2016

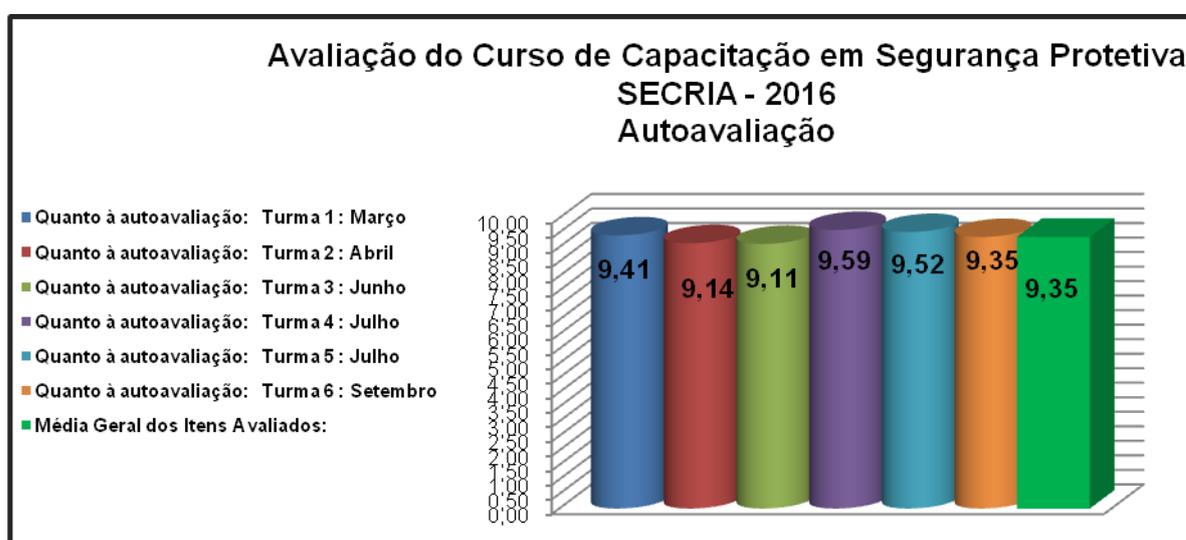


Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

4.3.4 Autoavaliação

No quesito autoavaliação, como já mencionado anteriormente, item de grande importância por refletir a assimilação do conteúdo por parte do servidor e da utilidade do conhecimento em sua atividade laboral, a média geral foi de 9,35, com a menor média no mês de junho, com 9,11 e a maior no mês de julho, com 9,59. A média geral do curso em 2015 foi também de 9,35, mantendo-se inalterada. Ressalta-se novamente as elevadas médias, demonstrando um índice muito positivo em relação ao item em estudo.

Figura 16 – Autoavaliação - 2016



Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Fazendo a síntese dos dados compilados e considerando um mínimo de 70% como índice para um parâmetro ser considerado positivo, na tabela 02 seguem as médias de cada item. Na avaliação feita pela Diretoria de Capacitação em 2015, foram somadas as porcentagens dos tópicos “ótimo” e “excelente”, atributos que representam o maior índice de satisfação. Nas tabelas 03 e 04 seguem as porcentagens obtidas pela Escola de Governo em 2015 e 2016.

A Tabela 02 reflete a média do período das quatro primeiras turmas do curso, percebe-se uma média de 77% de satisfação com o curso, 83% considerou o curso importante para o dia-a-dia do trabalho. Em relação à participação da turma, atingiu-se uma média de 76%. O desempenho e conhecimento técnico dos instrutores atingiu 87%. Já considerando a participação do servidor individualmente, o índice ficou em 59%, aquém do esperado. Considerando o conhecimento do servidor antes do curso (26%) e após o curso (72%), percebe-se uma evolução de 46% na evolução do conhecimento.

Tabela 2 – Análise estatística DICASSE 2015

ITEM	ANÁLISE ESTATÍSTICA		2015				SOMA EXCELENTE E ÓTIMO (%)
	EXCELENTE	ÓTIMO	BOM	RUIM	REGULAR		
Nível de satisfação com o curso	45	32	20	3	0	77	
A importância do curso para o dia-a-dia do trabalho	60	23	14	2	1	83	
Participação da turma durante a aula	43	33	21	3	0	76	
Desempenho e conhecimento técnico dos professores	60	27	12	1	0	87	
Participação do servidor	25	34	35	6	0	59	
Conhecimento do servidor antes do curso	8	18	34	21	19	26	
Conhecimento do servidor após o curso	29	43	25	3	0	72	

Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

Em relação às médias de 2015 relativas às quatro turmas conduzidas pela Escola de Governo, transformadas e percentuais o conteúdo programático obteve 90,8% de aprovação. O material instrucional ficou com 88,8% A organização do curso com 93,7 seguida da autoavaliação, que ficou com 93,5% Pode-se perceber médias elevadas de avaliação, com um mínimo de 88,4%.

Tabela 3 – Análise estatística EGOV 2015

<i>EGOV 2015</i>	<i>%</i>
Conteúdo Programático	90,8
Material Instrucional	88,4
Organização do curso	93,7
Autoavaliação	93,5

Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

Avaliando as médias das oito turmas do ano de 2016 em relação ao ano de 2015, percebe-se avanços percentuais. O Conteúdo Programático passou de 90,8% para 91,9%. O Material Instrucional de 88,4% para 89,5%. A Organização do curso de 93,7% para 96,0% e por fim a autoavaliação, que se manteve exatamente na mesma média, com 93,5%.

Tabela 4 – Análise estatística EGOV 2016

<i>EGOV 2016</i>	<i>%</i>
Conteúdo Programático	91,9
Material Instrucional	89,5
Organização do curso	96,0
Autoavaliação	93,5

Fonte: elaborado pelo autor do trabalho

CONCLUSÃO

Quanto à indagação inicial sobre qual a avaliação do curso de Segurança Protetiva enquanto política pública de capacitação, a pergunta foi respondida por meio através dos dados estatísticos analisados. Os objetivos do trabalho acadêmico foram alcançados, sendo possível a partir dos dados disponíveis, avaliar a política pública de capacitação promovida para o Sistema Socioeducativo, tomando como referência o curso de Capacitação em Segurança Protetiva.

Observou-se que apesar de a Diretoria de Capacitação e a Escola de Governo utilizarem metodologias diferentes nas análises, em ambos foram alcançadas médias de satisfação elevadas. Os cursos conduzidos pela DICASSE obtiveram em sua maior parte concentração nos índices “excelente” e “ótimo”, sendo que os critérios “conhecimento do servidor antes do curso” e “após o curso”, foram de grande valia para se mensurar o aprendizado.

Já nos cursos conduzidos pela EGOV, obtiveram-se médias gerais elevadas com a menor média sendo de 88,4% em relação ao material instrucional. Logo, apesar de não ser uma nota baixa, faz-se necessário investir em um aprimoramento do item, promovendo uma reformulação do material instrucional e melhoramentos, considerando que o objetivo da avaliação da política pública é justamente verificar falhas ou pontos de fragilidade e atuar no sentido de corrigir tais situações, contribuindo para o crescimento da gestão pública, fornecendo à sociedade políticas cada vez mais robustas e íntegras.

Avaliando todos os 14 cursos descritos, todos os gráficos revelaram dados satisfatórios, em ambos os órgãos. Os servidores apontaram aprovação em relação aos cursos promovidos nos vários atributos, demonstrando ainda que o conhecimento transmitido é de grande utilidade no cotidiano de trabalho. Os conteúdos foram assimilados e houve expressiva evolução do conhecimento após as formações.

Considerando o tema na seara da avaliação de políticas públicas, a política demonstrou-se extremamente exitosa, com poucos aspectos a se aprimorar, dado os índices de satisfação e aprovação com as capacitações. A avaliação mostrou-se positiva, cabendo ao órgão manter suas práticas de capacitação e até mesmo expandi-las, com o fim de aprimorar e profissionalizar cada vez mais os servidores.

Cabe reforçar, por fim, que este trabalho se enquadra como inovador e explorador, necessitando que novas pesquisas e levantamentos sejam feitos sobre o tema em questão. Com novos estudos, será possível ter maior dimensão sobre a avaliação de capacitações no âmbito do Sistema Socioeducativo e trazer novas informações, contribuindo para a eficiência e evolução dos serviços através do investimento no servidor público.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, M.; PAULO V. **Resumo de direito administrativo descomplicado**. - 3ed. Rio de Janeiro: Forense ; São Paulo : METODO, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Dispõe sobre a criação da carreira Socioeducativa no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências**. Lei nº 5.351, de 4 de junho de 2014. Brasília: imprensa oficial, 2015.

FAGUNDES, Helenara; MOURA, Alessandra Ballinhas de. Avaliação de Programas e Políticas Públicas. **Revista textos & Contextos**. Porto Alegre v. 8 n.1 p. 89-103. Jan./jun.2009. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/5676/4129>>
Acesso em: novembro 2016, as 13:00.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Leticia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2012, vol.46, n.5 [cited 2016-12-01], pp.1271-1294. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500005&lng=en&nrm=iso>.ISSN0034-7612.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>.
Acesso em: novembro de 2016.

SOUSA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. Políticas públicas no Brasil. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=iBP0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA65&dq=ciclo+pol%C3%ADticas+p%C3%ADticas>>

BAblicas&ots=aEdWeLGb14&sig=tIIAu92z_nZOVyZpZiauSi-0G-
k#v=onepage&q=ciclo%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas&f=false>

Acesso em: novembro 2016.

TINÔCO, Dinah do Santos; SOUZA Lincoln Moraes; OLIVEIRA Alba Barbosa.
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: modelos tradicional e pluralista. **E. Pol.
Públ.**, São Luis, v.1, n.2, p. 305-313, jul/dez. 2011. Disponível em:

< www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=409 >

Acesso em: novembro de 2016.